



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Departamento de Investigação e Ação Penal de Coimbra

Relatório Semestral

2022

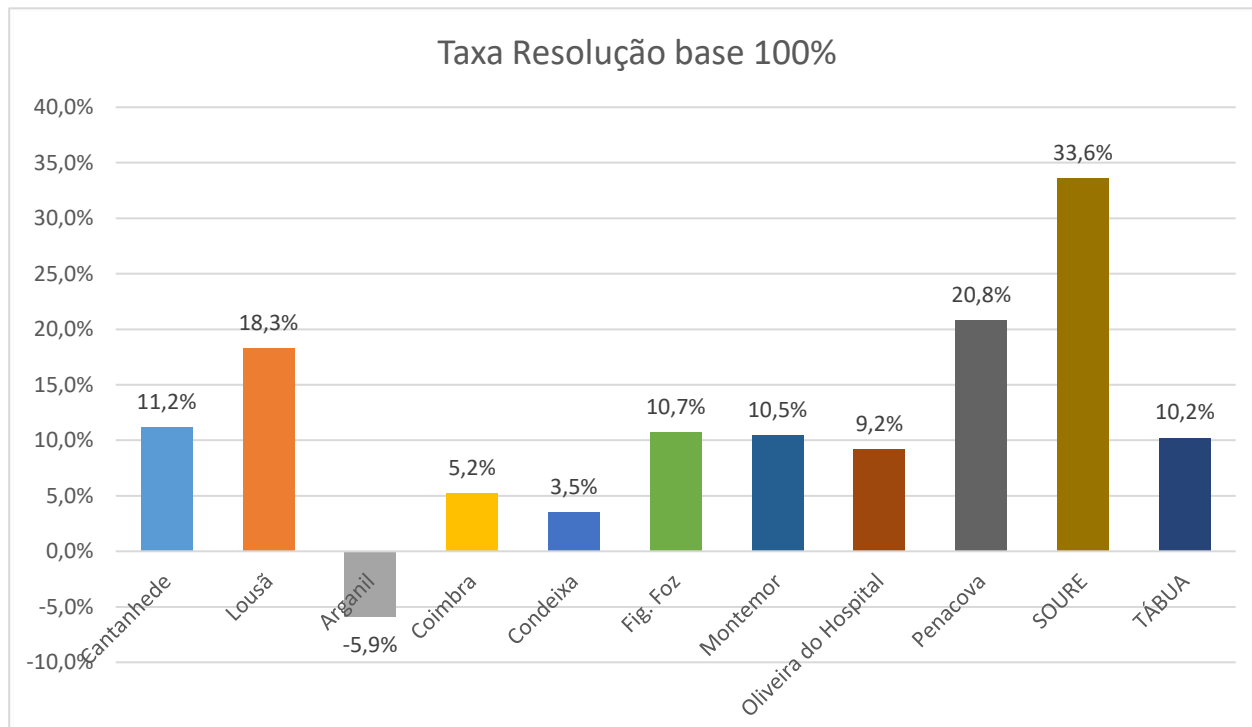
1.º Semestre

I) Análise da atividade desenvolvida pelo DIAP da COMARCA DE COIMBRA

a) INQUÉRITOS

Constata-se que entraram no 1.º semestre de 2022 (que doravante se terá por referido – entre parênteses os números do 1.º semestre dos anos anteriores – 2017/18/19/20/21) **7.232** (6.337/6.562/6.855/6.383/6.636) inquéritos e findaram no mesmo período **7.849** (6.810/5.764/7.522/6.542/6.752) pelo que a pendência diminuiu **-8,5%** (-6,5%/12%/-10%/-16%/-2%) fixando-se em **7.251** (6.782/ .608/4.983/4.872/5.222) inquéritos a 30-06-2022.

Taxa de resolução (percentagem de findos sobre entrados) apresentada com base nos 100% (valores negativos quando os findos são inferiores aos entrados e positivos quando os findos são superiores aos entrados):



Apesar do aumento das entradas ocorreu uma diminuição das pendências de 8,5 %, verificando-se que em quase todas as Secções o número de processos findos foi superior aos entrados, destacando-se pela positiva Soure, Penacova e Lousã, e pela negativa Arganil.

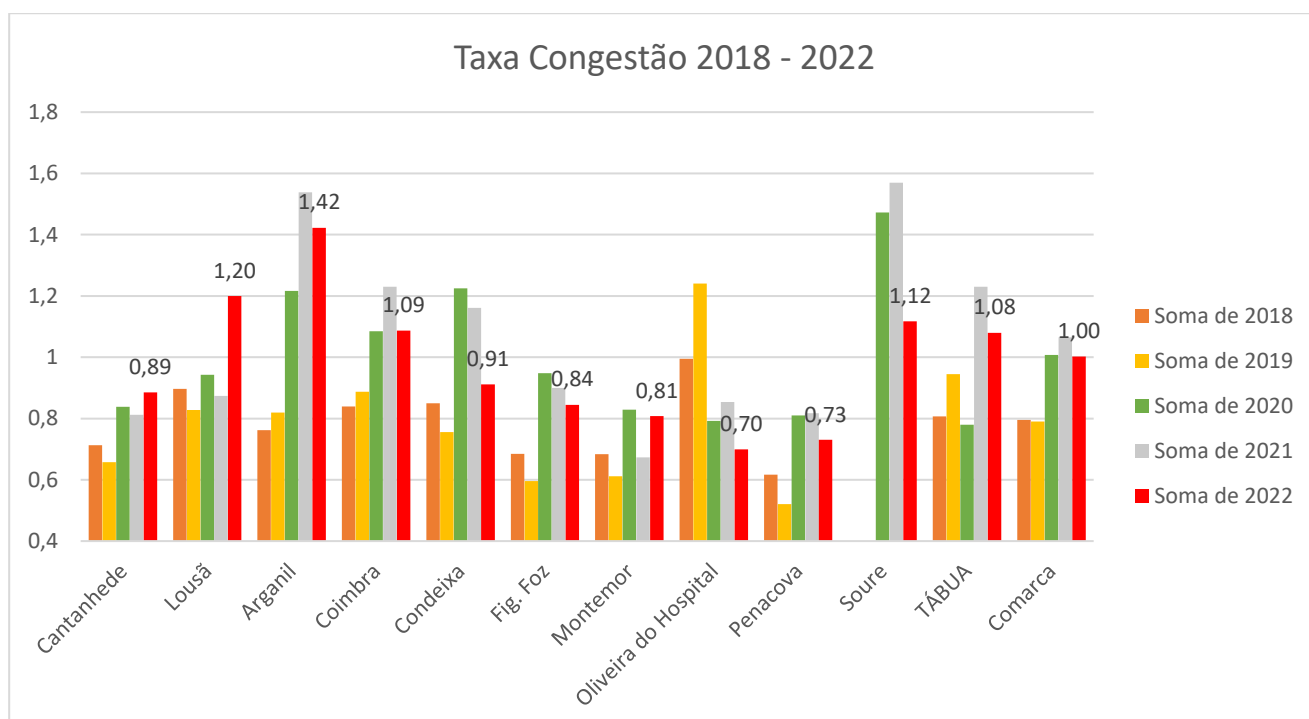
Taxa de Congestão

A taxa de congestão (Vindos/Findos) diminuiu para **1,00** (1,07/1,01/0,75/0,80/0,79), tendo melhorado em todas as secções exceto na Lousã (embora mantenham números superiores aos do período pré pandemia).

As maiores da taxa de congestão ocorrem em Arganil, Lousã, Soure e Tábua o que é fruto das frequentes substituições e acumulações de serviço dos magistrados ali colocados.

Apresentam taxas de congestão acima da média da Comarca:

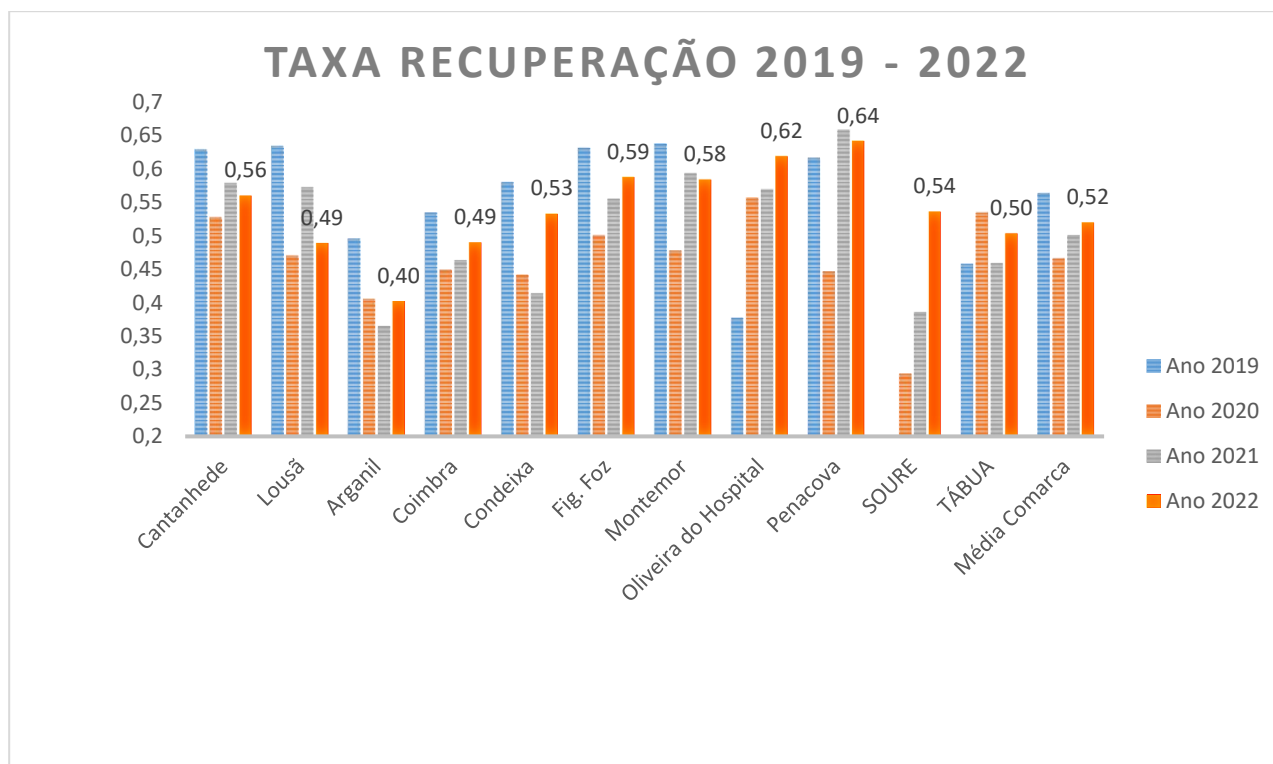
Coimbra, Arganil, Lousã, Tábua e Soure.



Taxa de Recuperação

A taxa de recuperação (Findos/Movimentados) aumentou para **0,52** (0,50/0,47/0,60/0,60/0,56), destacando-se Penacova, Oliveira do Hospital, Figueira da Foz, Montemor e Cantanhede.

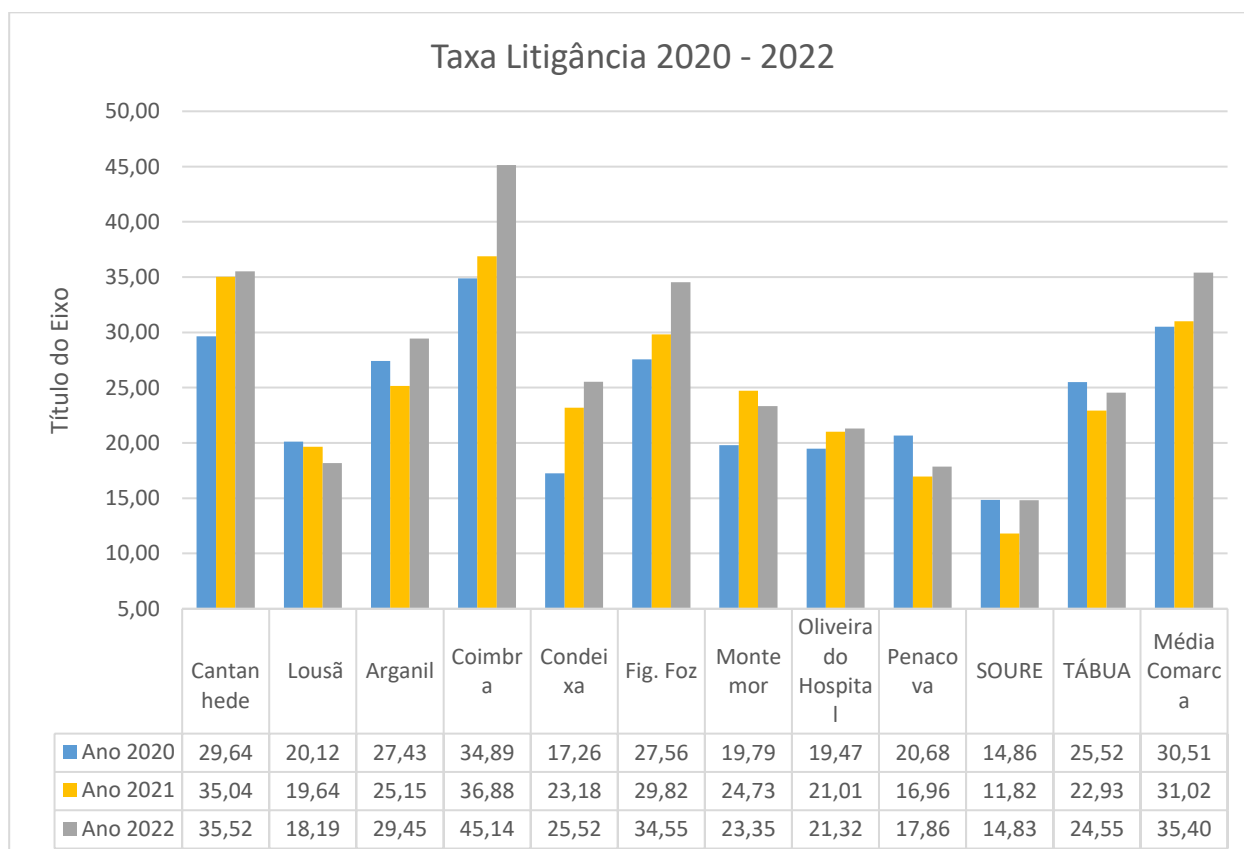
Os valores mais baixos verificam-se em Arganil, Lousã, Coimbra e Tábua.



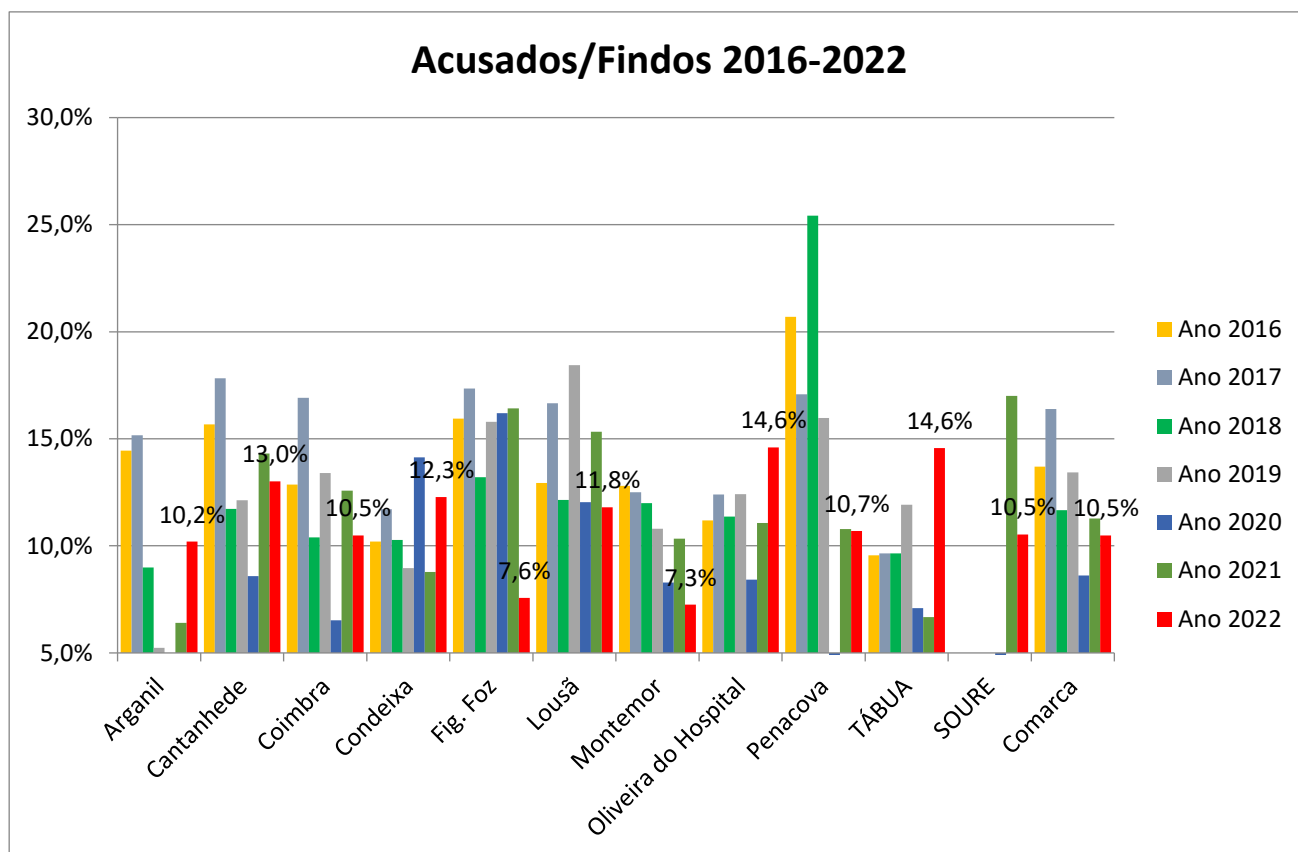
Taxa de Litigância

A taxa de litigância (dobro dos entrados por mil habitantes) aumentou substancialmente para **35,40** (31,02/30,5/31,88/32,41/29,7/30,9).

As subidas mais relevantes ocorreram em Coimbra e na Figueira da Foz.

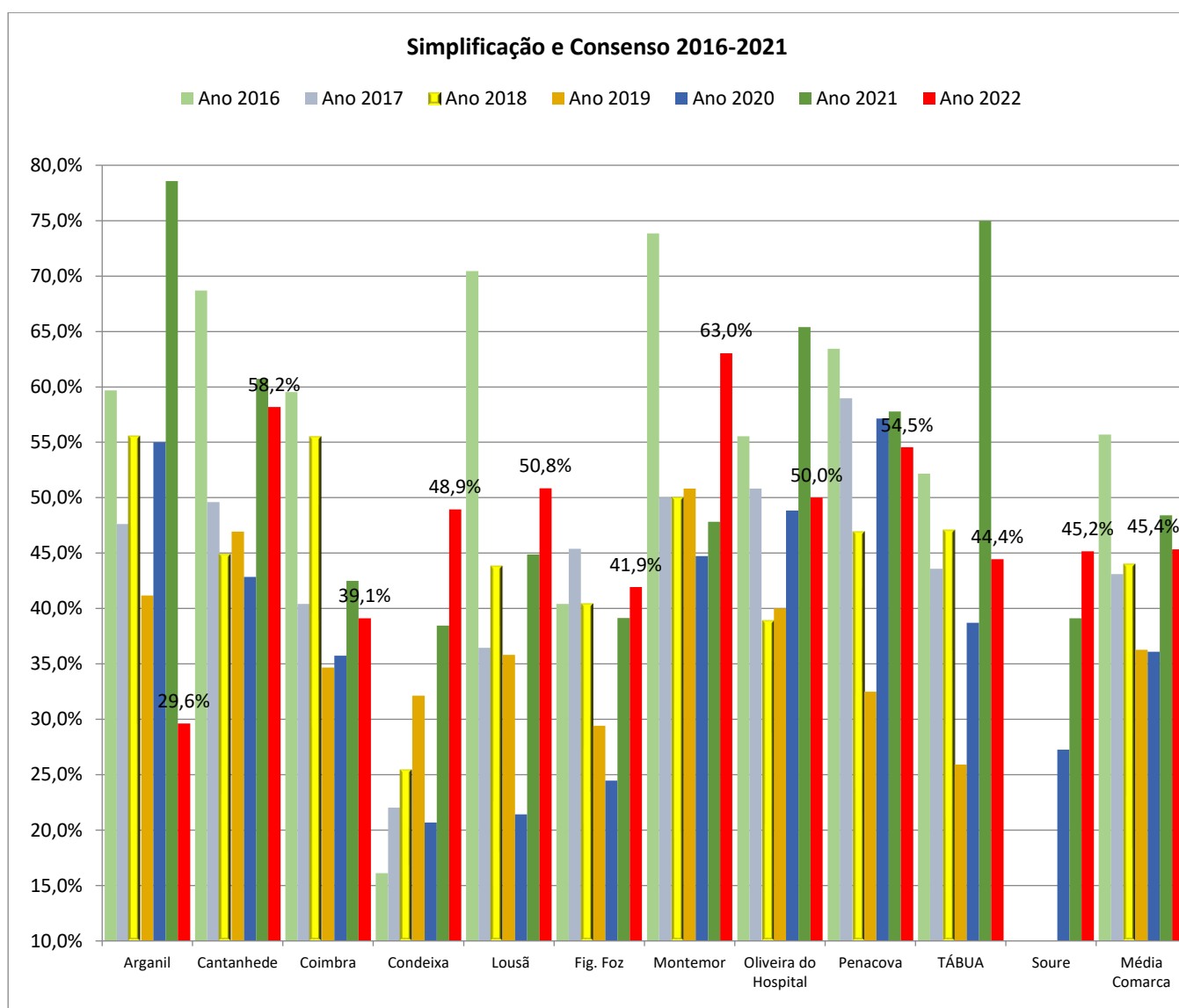


Os inquéritos acusados representam **10,5%** (11,3%/8,6%/16,4% /13,7%/11,7%/ 13,4%) dos findos com a distribuição que se segue:



Nota-se uma grande flutuação na taxa de acusação com taxas baixas em Arganil, Montemor e Figueira da Foz (estas compensadas por uma alta taxa de aplicação de soluções de consenso).

O recurso às formas de simplificação e consenso – suspensões provisórias, acusações em processo sumaríssimo e abreviado – ocorreu em **45,4%** (48,4% - 36,3% - 43,1% - 55,7% - 44% - 36,3%) dos processos indiciados (conjunto dos processos acusados mais os suspensos provisoriamente), com a distribuição que se segue:



Destacam-se pela positiva Montemor, Cantanhede e Penacova e pela negativa Arganil e Coimbra.

Gabinete de Apoio à Vítima

O GAV do DIAP de Coimbra encontra-se a funcionar desde fins de 2019, mas quando já se encontrava devidamente instalado (embora fosse melhor que se encontrassem instalações integradas nas do próprio DIAP) sobreveio a pandemia pelos que os números dos atendimentos não foram inicialmente muito expressivos.

Neste semestre os números de atendimentos e vítimas acompanhadas aumentaram quase para o dobro. Todos os intervenientes têm manifestado apreço pela qualidade da intervenção do GAV. (Anexa-se relatório)

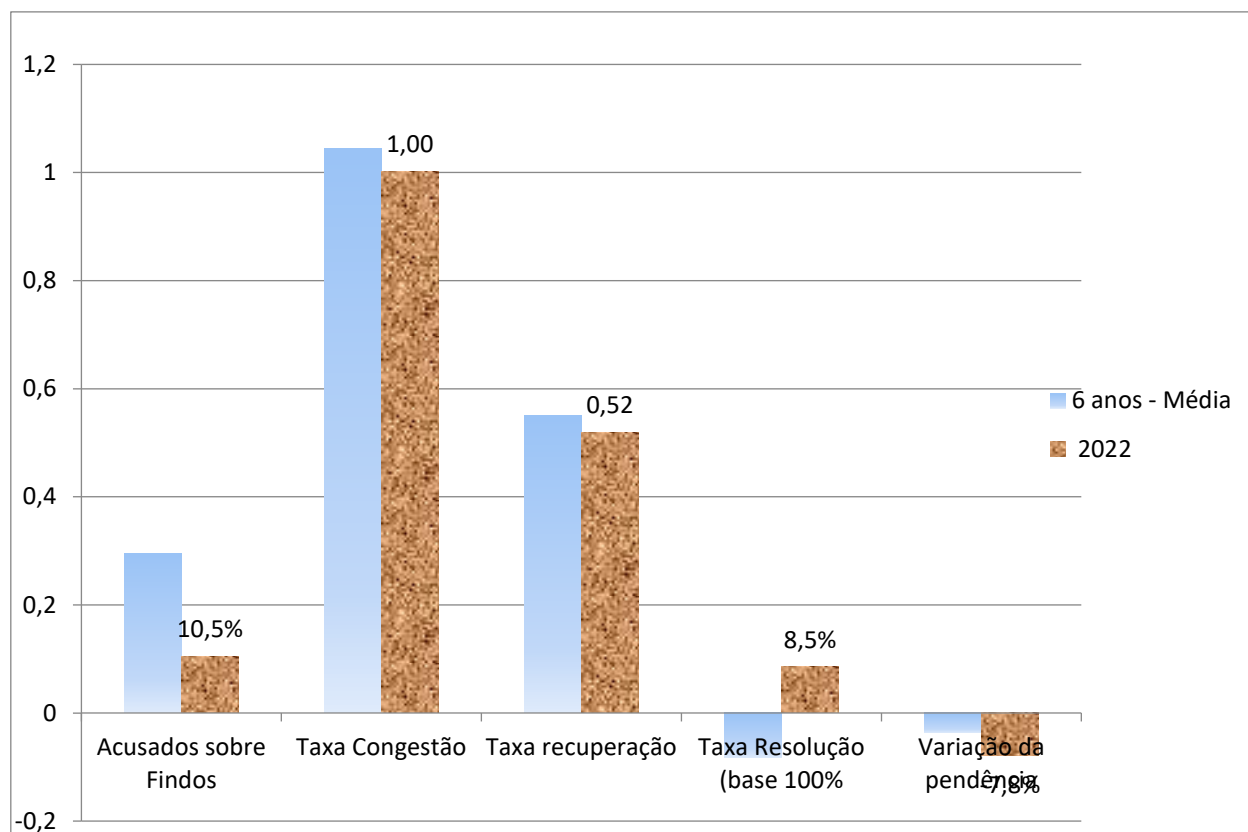
Instrução Criminal

Na instrução criminal ocorreram no semestre 64 primeiros interrogatórios de arguidos detidos (69/48/43/22/39) o 2.º número mais alto dos últimos 6 anos.

Dos 16 arguidos colocados em prisão preventiva durante o semestre, 5 foram detidos pela prática de crimes de violência doméstica, o que traduz um manifesto endurecimento na reação a esta criminalidade.

b) APRECIÇÃO SUMÁRIA DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Apreciação Global



Os números acima referidos são globalmente melhores que a média dos últimos 6 anos, traduzindo-se por uma recuperação lenta do período pandémico (2020 – 2021) o que se reflete também numa menor taxa de esclarecimento.

c) Persistentes insuficiências ao nível dos meios humanos e dos instrumentos e condições físicas de trabalho;

As condições das instalações são apenas suficientes na maioria das secções locais.

As secções do DIAP em Coimbra revelam-se muito acanhadas acumulando-se os funcionários e tendo os magistrados que dividir gabinetes. As más condições de trabalho (sem qualquer separação nem espaços abertos) foram causa direta do surto de COVID 19 que afetou o DIAP em Janeiro de 2021.

As condições de segurança são deficientes, não estando determinada uma política centralizada e coerente de segurança das instalações, das pessoas e dos processos.

Ao nível do equipamento não existe uma política de aquisição de computadores e programas compatível com as necessidades do DIAP, em especial com as necessidades das Secções da LOIC, que para além da assessoria informática têm permanente necessidade de dispor dos computadores e programas que em cada momento constituem a norma mais avançada do mercado (e por isso utilizadas nas empresas e nas organizações criminosas).

Ao nível dos oficiais de justiça, para além do seu número ser insuficiente, o que mais se revela prejudicial é a inexistência duma dependência direta dos magistrados do Ministério Público, o que importaria uma carreira própria, e a completa falta de especialização, sendo absolutamente incompreensível que se estejam a criar secções especializadas no DIAP, apoiados em funcionários sem qualquer perfil ou interesse nas matérias e trabalhos aí desenvolvidos, ou que, quando têm esse perfil e interesse são movimentados em qualquer altura sem qualquer consideração pelas necessidades do serviço.

A sistemática falta de funcionários leva frequentes vezes ao colapso das funções básicas da secretaria como o registo de inquéritos e processamento e junção de papéis, situação que se tem por lamentável, não se conhecendo qualquer plano da DGAJ para lhe pôr termo.

Lacunas ou significativas insuficiências na disponibilidade de meios periciais ou de assessoria técnica:

As principais insuficiências de apoio técnico são a nível pericial o aumento dos atrasos nas perícias informáticas e, ao nível da assessoria técnica, o não se dispor de especialistas em informática para apoio à gestão e à investigação.

Todo este relatório assenta em números que não são confiáveis porque não são extraídos, como deviam, diretamente do sistema informático. Por razões que se desconhecem o CITIUS nunca foi adaptado às necessidades estatísticas do Ministério Público, razão porque os seus números são mutáveis e assentes em distinções e critérios diferentes dos exigidos pela PGR. Estes

diferentes critérios levam a diferentes soluções de acerto com as exigências dos mapas do MP (muitas delas exotéricas como a exigência de um mapa de suspensões autónomo e a manutenção da referência a suspensões nos mapas trimestrais), que se acumulam com os erros de transcrições de dados, o que leva a que os mapas do MP, mesmo que rigorosos, não são comparáveis entre si.

Na atual situação mais valia trabalhar apenas com os dados extraídos do CITIUS (prevendo-se datas e formas de extração uniformes), porque os erros do CITIUS são razoavelmente uniformes (pelo menos não mudam de secção local para secção local) o que permite a comparação dos dados.

Anexam-se: os mapas semestrais de inquéritos, suspenso e sumários relativo ao 1º semestre de 2022; Relatório do GAV.

Coimbra, 6 de outubro de 2022

O Diretor do DIAP da Comarca de Coimbra

(João Marques Vidal)